



PLANO RIO GRANDE

Todos nós por todos nós.

Um mês de reconstrução

Balanço de ações do governo do Estado
no enfrentamento às enchentes

30 DE MAIO DE 2024



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

O futuro nos une.



O Plano Rio Grande tem como desafio organizar e acelerar os processos e projetos de reconstrução do Estado, fortemente afetado pelas chuvas. Prevê ações de curto, médio e longo prazo e atua em três eixos: ações **emergenciais**, de **reconstrução** e um conjunto de ações chamado **Rio Grande do futuro**. Além disso, no escopo do Plano, está o mapeamento de oportunidades e a captação de recursos para potencializar projetos necessários.

Antes mesmo de a catástrofe atingir o Rio Grande do Sul, no fim de abril, e se espalhar pelo território gaúcho, o governo já alertava a população. E, desde que as águas varreram o Estado, tem trabalhado em ritmo de força-tarefa em todas as frentes que um evento dessa magnitude exige.

Neste documento, estão elencadas as principais medidas adotadas para combater os efeitos das enchentes, dar assistência aos atingidos e começar a reconstrução do Estado.



Uma enchente de proporções catastróficas

Desde 30 de abril, diariamente o governo divulga números que dimensionam a enchente. O relatório das 18h de quarta-feira (29/5) aponta que há:

- **473** municípios afetados

- **47.651** pessoas em abrigos

- **581.638** desalojadas

- **2.347.664** afetadas

- **806** feridas

- **45** desaparecidas

- **169** óbitos

Todos os boletins estão em:

estado.rs.gov.br/boletins-sobre-o-impacto-das-chuvas-no-rs

Emergencial



Gabinetes de Crise aceleram operações

No início da crise, foram instalados Gabinetes de Crise em três regiões do Estado para acelerar as operações de resgate nas áreas mais afetadas e aproximar as autoridades da realidade local. Os postos avançados foram estabelecidos em Santa Cruz do Sul, São Sebastião do Caí e Bento Gonçalves. Atualmente, o Estado conta com oito centros regionais de distribuição, para facilitar a logística das doações:

- **Caxias do Sul**
- **Eldorado do Sul**
- **Lajeado**
- **Passo Fundo**
- **Pelotas**
- **Porto Alegre**
- **Santa Cruz do Sul**
- **Santa Maria**



30 mil pessoas mobilizadas nos resgates

A Secretaria da Segurança Pública está com quase 30 mil homens e mulheres em ação desde o início das enchentes. Esse contingente é formado por integrantes da Brigada Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e do Instituto-Geral de Perícias, que trabalham diuturnamente para salvar vidas, preservar o patrimônio e estabelecer a ordem. Férias e recessos foram cancelados e militares da reserva, convocados para auxiliar em abrigos. Além disso, 14 estados enviaram equipes para reforçar o trabalho de resgate no Rio Grande do Sul.



Resgates em 30 dias

Ações realizadas pelas forças de segurança do Estado



mais de
77,7 mil
pessoas



mais de
12,5 mil
animais

Mais de R\$ 650 milhões para investimentos emergenciais

O governo do Estado já liberou mais de R\$ 650 milhões aos municípios, conforme demandas apresentadas pelas prefeituras, para atendimento às pessoas e projetos que estão em execução, conforme segue abaixo:

O QUE	QUANTO (R\$)	ANÚNCIO
Fundo a Fundo da Defesa Civil	R\$ 148 milhões	6 e 22 de maio
Hospitais com infraestrutura atingida e Hospitais de retaguarda	R\$ 45,1 milhões	6, 10 e 13 de maio
Equipes de saúde mental	R\$ 12 milhões	10 e 13 de maio
Custeio para atenção primária	R\$ 12,7 milhões	13 de maio
Recurso inicial para conservação de estradas	R\$ 117,7 milhões	6 de maio
Horas-máquina (estradas vicinais)	R\$ 40 milhões	22 de maio
Horas-máquina (áreas urbanas)	R\$ 60 milhões	22 de maio
Auxílio Abrigamento	R\$ 12 milhões	13 de maio
Aluguel Social + Estadia Solidária	R\$ 60 milhões	6 e 22 de maio
Programa Volta por Cima	R\$ 100 milhões	6 de maio
A Casa é Sua - Calamidades	R\$ 41,8 milhões	23 de maio
Outras medidas	R\$ 9,5 milhões	29 de abril a 22 de maio

TOTAL

R\$ 658,8 MILHÕES



Fundo a Fundo da Defesa Civil

R\$ 148 milhões

Recursos do Fundo Estadual de Defesa Civil do Estado são transferidos para os Fundos Municipais de Proteção e Defesa Civil, com a finalidade de promover ações de resposta e de restabelecimento dos municípios.

Da primeira fase, que anunciou R\$ 70 milhões (6/5), todo o recurso está disponível para repasse aos municípios, conforme as demandas encaminhadas pelas prefeituras. Dessa etapa, 204 municípios já receberam os valores, totalizando R\$ 40,8 milhões.

Para solicitar o recurso, o município deve ter decreto de situação de emergência ou de calamidade pública homologado pelo Estado, encaminhar requerimento assinado pelo prefeito, ter Coordenadoria e Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil.

A segunda fase, que prevê mais R\$ 78 milhões, deve ter resolução publicada nos próximos dias.

Hospitais com infraestrutura atingida

R\$ 10 milhões



Destinado ao custeio de ações e serviços públicos de saúde (ASPS) dos hospitais totalmente ou parcialmente interditados em razão das chuvas intensas. Do total, R\$ 5.250.000 já foram repassados.

- **R\$ 750 mil** para cada hospital totalmente interditado (cinco até agora)
- **R\$ 500 mil** para cada hospital parcialmente interditado (três até agora)

Há possibilidade de ampliação do recurso, a partir do monitoramento dos desfechos do desastre e os efeitos em hospitais.

Hospitais de retaguarda

R\$ 35 milhões

O recurso foi destinado aos hospitais que realizam atendimentos de retaguarda às vítimas dos desastres e alocados no custeio de ações e serviços públicos de saúde (ASPS).

- **R\$ 100 mil** para 35 hospitais com 18 a 29 leitos SUS
- **R\$ 100 mil** para 90 hospitais com 30 a 49 leitos SUS
- **R\$ 200 mil** para 113 hospitais com mais de 50 leitos SUS

Custeio Atenção Primária - Fundo a Fundo Saúde

R\$ 12,7 milhões



Os 497 municípios do Estado foram contemplados com recursos para ampliação e qualificação dos serviços e ações no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) destinados ao enfrentamento dos eventos climáticos.

Todo o valor já foi repassado.

Equipes de Saúde Mental

R\$ 12 milhões



Recurso voltado para os municípios contratarem novas equipes multiprofissionais de Saúde Mental na Atenção Primária, compostas por, no mínimo, três profissionais de nível superior (psicólogo, assistente social ou outro profissional de saúde com formação ou experiência), conforme critério populacional. Há possibilidade de ampliação.

• **185 equipes** • **97 municípios**

Recurso inicial para conservação de estradas

R\$ 117,7 milhões



O valor já foi liberado ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) para aplicação emergencial de desobstrução e recuperação de pelo menos cem trechos de 40 rodovias e pontes estaduais.

Na noite de quarta-feira (29/5), restavam 62 trechos com bloqueios totais ou parciais em 34 rodovias, entre estradas, pontes e balsas.

Horas-máquina para estradas vicinais

R\$ 40 milhões



O recurso já está disponível para os serviços nos municípios em situação de calamidade pública (limpeza de estradas vicinais, desassoreamento de rios, arroios e riachos e reconstrução de cabeceiras de pontes). Cada um tem até R\$ 500 mil em horas-máquina para utilização de equipamentos como caminhões, escavadeiras e motoniveladoras, incluindo o pagamento de operador e combustível.

A Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação auxilia os municípios com a preparação dos documentos necessários para dar celeridade ao processo. Além disso, está em contato com as prefeituras para montar o plano de trabalho e o kit de máquinas necessário.

Horas-máquina para áreas urbanas

R\$ 60 milhões

Os recursos já estão disponíveis e sendo investidos pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano para contratar horas-máquinas para os municípios atingidos. A gestão dos recursos é de responsabilidade do órgão estadual.

A finalidade é executar serviços de movimentação de terra, execução e manutenção de pequenos trevos de acesso das vias municipais às rodovias estaduais, desobstrução das vias pela remoção de entulhos, manutenção de pequenas barragens, pontes, pontilhões e bueiros e desassoreamento de rios, riachos e córregos.

Auxílio abrigo

R\$ 12 milhões



Estão reservados R\$ 12 milhões para manutenção dos abrigos provisórios. A medida está sendo operacionalizada a partir de uma plataforma do governo do Estado para que, posteriormente, cada município receba R\$ 150 por pessoa desabrigada e acolhida. Para ter direito ao auxílio, os abrigos do município devem responder ao censo aplicado pela Secretaria de Desenvolvimento Social.

Programa Volta por Cima

R\$ 100 milhões



O programa destina R\$ 2,5 mil para famílias desabrigadas ou desalojadas, de acordo com os seguintes critérios:

- ter sido desabrigada ou desalojada em razão de eventos climáticos adversos ocorridos entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2024, conforme o Decreto Estadual 57.607;
- residir em município com decreto de situação de emergência ou calamidade pública homologado pelo governo do Estado;

- ter cadastro incluído pelas equipes municipais de Assistência Social em formulário disponibilizado pelo programa ou ter sido identificada como moradora de área atingida, a partir do mapeamento realizado pelo governo estadual;
- constar no Cadastro Único (CadÚnico) na condição de pobre ou extremamente pobre, mesmo com a inscrição sendo realizada após os eventos climáticos.

A quase totalidade do recurso atualmente previsto já foi destinada às famílias. O pagamento ocorreu em dois lotes, somando R\$ 98.327,500 para 39.331 famílias.

17 de maio

- R\$ 18.172.500
- 7.269 famílias
- 62 municípios

24 de maio

- R\$ 80.155.000
- 32.062 famílias
- 151 municípios

Aluguel Social e Estadia Solidária

R\$ 60 milhões

Os projetos Aluguel Social e Estadia Solidária estão na etapa de operacionalização. O repasse dos recursos aos municípios ocorrerá por meio do Fundo Estadual da Assistência Social, no valor de R\$ 2,4 mil por famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), correspondente ao período de seis meses. O município deverá cofinanciar, no mínimo, 50% do valor recebido.

Nos municípios com decreto de estado de calamidade pública homologado pelo Estado, podem ser beneficiadas famílias desalojadas ou desabrigadas, inscritas no CadÚnico, com renda per capita entre R\$ 218 e R\$ 706 e cuja residência tenha se tornado indisponível.

Nos municípios com decreto de situação de emergência homologado pelo Estado, podem ser beneficiadas famílias desabrigadas ou desalojadas, inscritas no CadÚnico, com renda per capita até R\$ 218 e cuja residência tenha se tornado indisponível.

A Casa É Sua – Calamidades

R\$ 40 milhões



O programa A Casa É Sua – Calamidades prevê a construção de casas com 44 metros quadrados de área total, divididos em dois dormitórios, sala/cozinha conjugadas, um banheiro e área de serviço externa. O prazo de entrega é de 120 dias.

O recurso do programa está disponível, a autorização para a ordem de início de construção das casas já foi dada e os convênios com os oito municípios da Etapa 1 estão assinados.

As prefeituras dos oito municípios já selecionados definem os beneficiários, entre os que tiveram as casas totalmente destruídas, com prioridade para as famílias em vulnerabilidade social, e indicam os terrenos para as moradias. A Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária divulgará nos próximos dias um cronograma de colocação das casas, e a empresa responsável pela produção já iniciou os trabalhos.

Outras medidas

R\$ 9,5 milhões

A fim de auxiliar outras medidas emergenciais, foram disponibilizados R\$ 9,5 milhões para uma série de outras ações, entre as quais a elaboração de laudos de engenharia e arquitetura para construção e recuperação de pontes, habitações e estradas, a serem conduzidos pela Universidade do Vale do Taquari (Univates).

R\$ 22,9 milhões para educação

Antecipação da bolsa Todo Jovem na Escola

R\$ 12,9 milhões



O pagamento da bolsa-auxílio do Programa Todo Jovem na Escola foi pago de forma adiantada, em 10 de maio, contemplando mais de 83 mil alunos. Isso teve o objetivo de auxiliar os alunos e suas famílias que enfrentam dificuldades decorrentes das inundações. O benefício é destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade social.

- **R\$ 150** para alunos do Ensino Médio Regular
- **R\$ 225** para alunos que estudam em tempo integral e no Ensino Técnico Integrado

Pagamento da Autonomia Financeira

R\$ 10 milhões

As 2.338 escolas da Rede Estadual receberam, em 13 de maio, os valores mensais de autonomia financeira, que somam mais de R\$ 10 milhões. Os recursos podem ser utilizados em despesas que garantem o funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das unidades escolares.

Dentre as destinações possíveis para os valores, estão aquisição de móveis, equipamentos e material didático-pedagógico e administrativo; realização de pequenos reparos; adequações e serviços necessários à manutenção; conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar; implementação de projeto pedagógico; e desenvolvimento de atividades educacionais.

Medidas para empresas, cidadãos e servidores

O governo criou medidas para garantir fôlego às empresas e manteve em dia pagamentos e repasses de forma ágil.

As emissões de nota fiscal eletrônica não tiveram interrupção e os prazos de pagamentos foram prorrogados:

- Prorrogado o pagamento de guias do ICMS, sem juros ou multa para todas as empresas do Estado;
- Com o Comitê Gestor do Simples Nacional, foram adiadas as datas de pagamento dos tributos exigidos pelo Simples Nacional para um conjunto de municípios.

A Secretaria da Fazenda ainda destaca as seguintes medidas:

- Isenção de ICMS na compra de ativo imobilizado;
- Não estorno dos créditos de ICMS de bens danificados ou perdidos;
- Prorrogação da obrigatoriedade da emissão de nota eletrônica por produtores rurais
- Facilitação na importação de mercadorias.
- Trânsito livre nos postos fiscais – corredor humanitário para agilizar a chegada de doações ao RS.
- Facilitação na importação de mercadorias.

- Pagamento em dia de fornecedores, terceirizados, auxílio-refeição e folha de maio.
- Antecipação do 13º salário para servidores estaduais.
- Prorrogação de prazos de convênios e parcerias.
- Prorrogação das operações de crédito consignado.

Pix do SOS Rio Grande do Sul – dinheiro na mão de quem precisa





R\$ 119 milhões

16h30 - 29/5

O governo reativou o canal de doações para a conta SOS Rio Grande do Sul. Foi restabelecida a chave pix (CNPJ: 92.958.800/0001-38), vinculada a conta bancária aberta no Barrisul. A gestão e fiscalização dos recursos ficam a cargo de um Comitê Gestor, formado por órgãos do governo e entidades sociais. Os valores são destinados a famílias desabrigadas ou desalojadas e que estejam em situação de vulnerabilidade social.

Até as 16h30 do dia 29 de maio, já haviam sido arrecadados mais de **R\$ 119 milhões**. Conforme decisão do Comitê Gestor, cada uma dessas famílias deve receber a quantia de R\$ 2 mil. Até 31 de maio, o cartão para saque do benefício terá sido disponibilizado para 5,4 mil famílias, em 21 municípios.

Mais informações em sosenchentes.rs.gov.br/como-receber-recurso-do-pix

Defesa Civil Estadual leva doações em todo o RS



No Centro Logístico da Defesa Civil estadual, em Porto Alegre, há cerca de mil voluntários trabalhando por turno. Eles fazem, por exemplo, a separação das roupas infantis, femininas e masculinas para facilitar o encaminhamento aos municípios dos itens doados. Da capital, também é realizado o transporte de doações, por meio de caminhões, para municípios do interior. Entre 25 de abril e 27 de maio foram distribuídos pelo Estado (incluindo todos os centros logísticos) doativos para 167 municípios, como 1,6 milhão de litros de água, 139 mil litros de leite, 178 mil cestas básicas, 102 mil cobertores e 29,7 mil colchões.

Telefone 0800 para doações com mais de uma tonelada



O governo do Estado criou um canal exclusivo para orientar aqueles que queiram fazer doações nacionais de carga superior a 1 tonelada. Desde 13 de maio, está disponível o número **0800 205 5151**, que ajuda a otimizar o fluxo de destinação dos donativos para as regiões necessitadas.

O atendimento funciona todos os dias da semana, das 7h às 21h.

Mais informações em sosenchentes.rs.gov.br/doacoes-em-geral

Site SOS Rio Grande do Sul ampliado



Lançado após a enchente que atingiu o Vale do Taquari em setembro de 2023, o site SOS Rio Grande do Sul (sosenchentes.rs.gov.br) foi reformulado, ampliando os recursos e serviços para acompanhamento da situação relativa ao desastre de maio. Além de dados sobre locais de doação e abrigos, apresenta mapa interativo que localiza pontos de bloqueios em estradas e uma ferramenta para rotas alternativas. Também é possível acompanhar as medições de nível dos rios, conferir a situação do fornecimento de água, luz e telefonia e ver dicas para evitar cair em golpes. Há ainda um link para o conteúdo de combate à desinformação, com checagens e desmentidos de notícias falsas que tem circulado, atrapalhando o trabalho dos agentes públicos e a corrente de solidariedade da população.

Acesse em sosenchentes.rs.gov.br

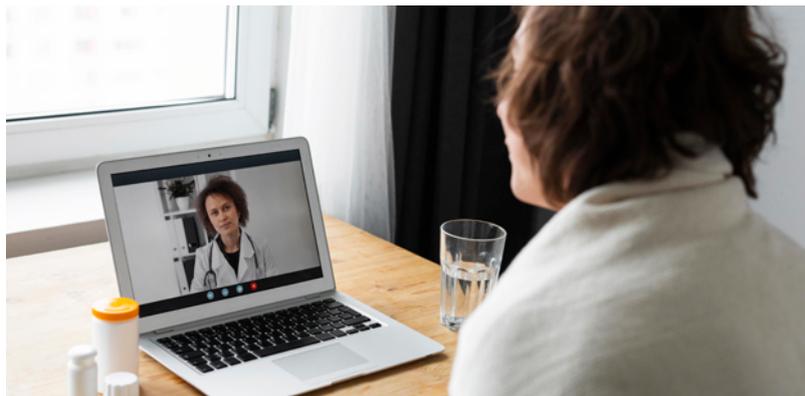
Conexão entre necessidades de abrigos e doadores



O governo do Estado é parceiro da plataforma Solidariedade RS, que conecta demandas de abrigos e instituições voltadas a ajudar vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul à população e empresas que queiram contribuir. A iniciativa foi desenvolvida de forma gratuita pela startup WideLabs.

Accesse a plataforma Solidariedade RS
solidariedaders.widelabs.com.br

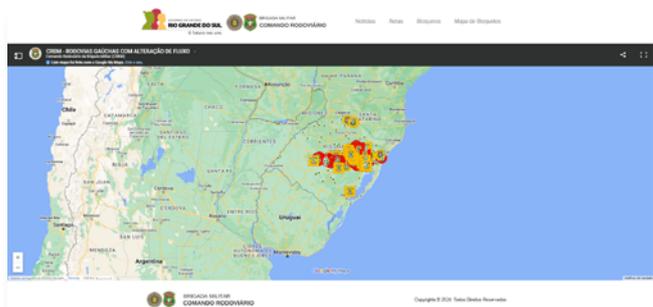
Consultas médicas e psicológicas online



O serviço de telessaúde conecta empresas de telemedicina a quem precisa de atendimentos em saúde, mas está com dificuldades para acessá-los em razão do estado de calamidade que assola o Rio Grande do Sul. A plataforma é uma alternativa ao atendimento presencial público e privado, pois conta com a solidariedade de empresas que oferecem os serviços de forma voluntária e gratuita. A iniciativa é coordenada pela Secretaria Estadual de Saúde, em parceria com a Secretaria Extraordinária de Inclusão Digital e Apoio às Políticas de Equidade.

Accesse em sosenchentes.rs.gov.br/consultas-medicas-e-psicologicas

Ferramentas online mostra estradas bloqueadas e sugere rotas



Os motoristas que precisam se deslocar entre os municípios do Rio Grande do Sul têm à disposição um mapa virtual que reúne as rotas disponíveis para viagem e a localização dos bloqueios em rodovias provocados pela catástrofe. Desenvolvidas pelo governo do Estado, as plataformas reúnem dados sobre a situação das rodovias. As informações são atualizadas simultaneamente pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), pelo CRBM, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O mapa de bloqueios e a ferramenta de rotas alternativas estão disponíveis em sosenchentes.rs.gov.br

Mais de cem trechos de rodovias liberados e reconstruções iniciadas



O governo tem atuado para viabilizar a reconstrução de estradas e pontes. No pico da crise, chegou-se a 170 pontos de bloqueio em 79 rodovias em 97 municípios. Entretanto, o Estado já providenciou a liberação de mais de cem trechos de 40 rodovias. O Estado tem feito, também, rodadas de reuniões regionais com os prefeitos para identificar quais são as principais necessidades em relação ao restabelecimento de acessos.

Parceria com ONG para resgate e assistência a animais



O governo do Estado firmou parceria com a organização não governamental (ONG) Grupo de Resposta a Animais em Desastres (Grad) para reforçar ações de resgate e assistência a animais. O documento prevê o trabalho conjunto de planejamento, gestão, monitoramento e execução das atividades desenvolvidas em resgates de animais e no acolhimento em abrigos nos municípios gaúchos. Também inclui a identificação e catalogação para localização de tutores ou o suporte nos procedimentos de adoção.

Reconstrução

Plano Rio Grande planeja e executa ações de enfrentamento às cheias



O governador Eduardo Leite sancionou, em 24 de maio, a lei que institui o Plano Rio Grande e o Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs). O Plano Rio Grande – programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado do Rio Grande do Sul – tem o objetivo de planejar, coordenar e executar as ações necessárias ao enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais decorrentes da enchente histórica. O Funrigs concentrará os recursos destinados ao processo de recuperação do Estado, permitindo uma gestão adequada e transparente dos valores.

Secretaria da Reconstrução Gaúcha guiará estudos e projetos



O governo encaminhou à Assembleia o projeto de criação da Secretaria da Reconstrução Gaúcha. A pasta tem o objetivo de organizar os processos e projetos de reconstrução do Estado. A nova secretaria será conduzida por Pedro Capeluppi, que liderava a pasta de Parcerias e Concessões.

A pasta terá uma Assessoria Especial de Gestão de Riscos e quatro subsecretarias: Projetos de Reconstrução, Projetos Estruturantes, Inteligência Mercadológica e Parcerias e Concessões.

Gabinete para apurar prejuízos e apoiar os empreendedores

O governo do Estado criou o Gabinete de Apoio ao Empreendedor para mensurar os impactos no setor empresarial e estabelecer meios de apoio para recuperação dos empresários. Um trabalho conjunto com entidades e órgãos da União resultou em um formulário direcionado para os empresários atingidos pelas enchentes.

O documento foi disponibilizado a partir de 13 de maio e deve ser respondido por empreendedores de todos os portes e setores diversificados. A parcial mais atualizada da pesquisa, até às 8h de 29 de maio, registrava mais de 15 mil acessos.

Os empresários podem acessar a pesquisa para Avaliação do Impacto das Enchentes nos Negócios do RS em bit.ly/juntospeloRS

Mantida isenção de impostos para cesta básica



Diante da calamidade no Estado e da perspectiva de que a União irá apoiar a recomposição de receitas, inclusive com a suspensão temporária do pagamento da dívida, o governo estadual revogou medida que retirava benefícios sobre alimentos da cesta básica. Um novo decreto, com vigor a partir de 1º de junho, estabelece que os produtos voltam a ser isentos ou a usufruir de redução na base de cálculo. Conforme o governador Eduardo Leite, a gestão estadual considerou a necessidade de equilibrar o apoio aos setores econômicos severamente afetados para que possam se recuperar, enquanto é garantida a estabilidade financeira do Rio Grande do Sul. Essa decisão permitirá ao Estado continuar apoiando as comunidades na reconstrução da infraestrutura e habitação, além de contratar servidores para fortalecer os serviços públicos, tendo em vista os encaminhamentos de suporte junto ao governo federal.

Municípios terão centros humanitários de acolhimento



O governo do Estado está trabalhando na construção de Centros Humanitários de Acolhimento, os quais foram oferecidos, inicialmente, para as cidades de Canoas, Porto Alegre, São Leopoldo e Guaíba, que reúnem hoje cerca de 65% da população desabrigada em decorrência das enchentes. As tratativas estão avançadas com os municípios de Canoas e Porto Alegre e os locais em ambas em definição. Na capital, os possíveis locais são Porto Seco, Centro Vida e Vila Nova (Centro de Eventos Ervino Besson). Em Canoas, na Ulbra e no Centro Olímpico Municipal (COM). A proposta é que cada Centro acomode, no máximo, mil pessoas.

Os Centros Humanitários de Acolhimento são uma solução transitória entre os abrigos onde as pessoas estão atualmente, que são na verdade alojamentos provisórios, e as residências definitivas dos programas habitacionais já anunciados.

O objetivo é ofertar nestes espaços toda a infraestrutura necessária para as famílias, além de serem instalados em locais próximos de serviços básicos de saúde, educação e acesso ao transporte público. Portanto, as estruturas deverão contar com áreas de convivência – multiuso, espaços kids e pets, refeitório, cozinha, lavanderia, fraldário/lactário, depósitos, área de triagem, área para assistência médica e social, banheiros, áreas para pessoas e famílias monoparentais.

Banrisul anuncia R\$ 7 bilhões para retomada econômica

Para preparar a retomada econômica, diante da devastação que a tragédia meteorológica trouxe para o Rio Grande do Sul, o Banrisul anunciou uma série de medidas para apoiar a população e as empresas do Estado. As iniciativas incluem R\$ 7 bilhões para capital de giro, além de linhas de crédito especiais para os municípios que estão em calamidade pública.

Rio Grande do Futuro

Dívida com a União é suspensa por três anos



Após uma série de tratativas entre o Estado e a União, o governo federal sancionou, em 17 de maio, a Lei Complementar 206/202, que trata da suspensão do pagamento das parcelas da dívida pública do Rio Grande do Sul com a União por 36 meses, de maio de 2024 a abril de 2027. A legislação determina que os valores destinados ao pagamento do serviço da dívida sejam aplicados no Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), que financiará ações de reconstrução. A Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) estima que a medida criará um espaço fiscal de cerca de R\$ 11,7 bilhões até o fim do período de suspensão.

Governo propõe cooperação com o Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS



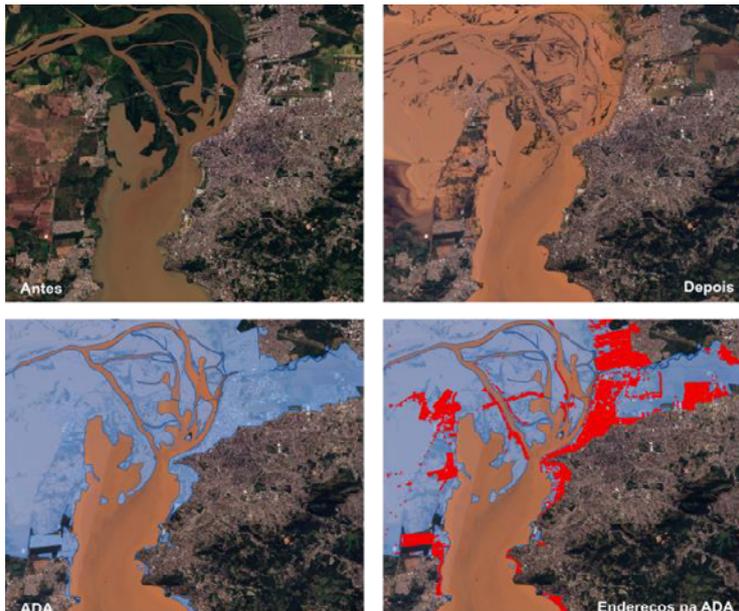
O governo tem se reunido com pesquisadores do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IPH/UFRGS) para conhecer os trabalhos já realizados pela instituição e encaminhar uma possível cooperação em pesquisas sobre prevenção e respostas a desastres. Inclusive, o Estado sugere que o IPH faça parte do escopo de entidades e instituições que estarão envolvidas em projetos futuros.

Especialistas da Holanda farão imersão no RS



Especialistas holandeses vêm ao Rio Grande do Sul no começo de junho para, em uma imersão em solo gaúcho, levantar informações e discutir possíveis modelos de ação conjunta com o governo. Durante encontro em Brasília, em maio, foram tratados temas sugeridos pelo governador Eduardo Leite, entre eles, o compartilhamento de experiências técnicas, de áreas acadêmica e empresarial e de instituições e órgãos governamentais. O objetivo é constituir uma força-tarefa, composta por profissionais brasileiros e holandeses, buscando colaboração e interação a partir dos conhecimentos compartilhados.

Imagens de satélite mapearão áreas atingidas



Será implantado o Mapa Único do Plano Rio Grande, um sistema integrado de mapeamento das áreas diretamente atingidas pelos eventos meteorológicos deste ano. O objetivo é identificar e quantificar os endereços, vias, domicílios, empresas, equipamentos públicos e principalmente a população atingida.

O mapeamento será realizado a partir de imagens de satélite de alta resolução e contemplam as áreas atingidas por inundações, enxurrada e deslizamentos. A partir das manchas encontradas serão realizados diversos cruzamentos com as bases e informações disponíveis.

Assim, será possível proporcionar o direcionamento das políticas públicas de forma mais célere e precisa e simplificar processos, acelerando a chegada de recursos a quem necessita.





PLANO RIO GRANDE

Todos nós por todos nós.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

O futuro nos une.